


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA
Processo nº: **0025034-11.2012.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

Comercio de Algodão e Resíduos Textéis Renaissance Ltda propõe ação de reparação de danos materiais contra Transrio Transporte e Logistica Ltda e Zurich Seguros, pedindo a condenação da ré ao pagamento de R\$ 99.534,37, correspondente ao valor da carga que a ré obrigou-se perante a autora a transportar para São Carlos, nas dependência da pessoa jurídica Capricórnio S.A., mas que foi roubada no transporte. Juntou documentos (fls. 07/20).

Em contestação (fls. 26/44) a ré alega ausência de responsabilidade, vez que o roubo ocorreu após efetivado o transporte, embora antes do descarregamento, que somente não ocorreu de pronto por circunstâncias alheias à sua vontade. Argumenta, ainda, que o prejuízo da autora é de R\$ 83.117,98, inferior ao afirmado na inicial. No mais, denuncia à lide a seguradora ZURICH SEGUROS, e chama ao processo o corretor pessoa física CLEONE OLIVEIRA MONTEIRO, e a corretora pessoa jurídica ROMAP MASTER B I CORRETORA DE SEGUROS LTDA, tudo por conta da apólice de seguros nº 65.54.9186116 com vigência entre 20/01/2012 e 20/01/2013. Sustenta que a apólice previa cobertura para o transporte de algodão e que, unilateralmente, a seguradora alterou a cobertura e negou o pagamento da indenização.

Juntou documentos (fls. 53/88)

Réplica a fls. 157/162.

A fls. 163 deferida a denunciação à lide e indeferido o chamamento ao processo.

Zurich Minas Brasil Seguros S.A, denunciada, apresentou contestação (fls. 174/190), na qual alegou que o dano não está coberto, porquanto o roubo ocorreu por uma conduta infundada do destinatário da carga, ou seja, a empresa Capricórnio S.A, que se recusou receber a carga, sendo este o fato determinante para a ocorrência do roubo, ocorrido após a recusa. Subsidiariamente, afirma que negou a indenização porquanto não foram observadas as regras de armazenamento e trânsito, pela transportadora (empresa de gerenciamento de risco; telemonitoramento), vez que o sinistro deu-se quando o veículo estava carregado, estacionado na rua, sem qualquer proteção, vigilância ou aparato de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

segurança. Todavia, consideradas as particularidades do caso concreto, propôs à seguradora o pagamento do montante baseado no sub-limite da apólice, para o qual não são exigidas regras específicas de segurança. Tal posicionamento originou a proposta de pagamento de R\$ 16.882,02, que fica mantida no presente processo. Quanto à alteração unilateral do contrato, deu-se com base em cláusula contratual, foi comunicada à denunciante e esta a aceitou, tanto que continuou a pagar os prêmios. Subsidiariamente, diz que os juros moratórios devem observar a Taxa Selic.

A fls. 206/209 a autora se manifestou.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 396. A empresa Zurich Minas Brasil Seguros S.A se manifestou às fls. 398/399 e parte autora e requerida não se manifestaram.

Ouviram-se 3 testemunhas (fls. 297/298, 317, e CD de fls. 383).

A instrução foi encerrada.

Memoriais às fls. 406/428, 430/436 e 438/442.

FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de ação em que a autora pede indenização correspondente ao valor da carga que foi roubada durante o transporte de mercadoria para o qual a ré foi contratada. A ré, por sua vez, além de negar a sua responsabilidade, denunciou a seguradora à lide.

O contrato de transporte está comprovado pela nota fiscal de fls. 11, e o roubo pelo boletim de ocorrência, fls. 12/15.

São, ademais, fatos incontroversos.

O roubo ocorreu, como vemos no boletim de ocorrência, fls. 12/15, e no depoimento do motorista, CD de fls. 383, após a chegada do veículo de transporte no destino, mas antes da entrega da mercadoria. A mercadoria foi inicialmente recusada pela destinatária, Capricórnio S/A. Quando, após renegociações, esta última aceitou receber, já era tarde e a orientação ao motorista foi para aguardar e descarregar no dia seguinte. Entretanto, na madrugada houve o roubo, ocasião em que o veículo estava estacionado na rua, em frente à empresa destinatária.

Tal dinâmica mostra-nos, à luz da legislação aplicável, a ausência de responsabilidade da ré.

Com efeito, segundo o art. 9º da Lei nº 11.442/07, "a responsabilidade do transportador cobre o período compreendido entre o momento do recebimento da carga e o de sua entrega ao destinatário".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Não há dúvida de que o roubo ocorreu nesse intervalo, referido pela lei.

Todavia, está presente hipótese legal excludente de responsabilidade.

Realmente, estabelece o art. 12, I e V da mesma lei: "Art. 12. Os transportadores e seus subcontratados somente serão liberados de sua responsabilidade em razão de: I - ato ou fato imputável ao expedidor ou ao destinatário da carga; (...) V - força maior ou caso fortuito."

Na hipótese vertente, estamos diante das duas exceções acima transcritas.

De fato, a entrega somente não foi feita quando da chegada do caminhão - e, portanto, antes da tentativa de roubo pelos agentes criminosos - ao seu destino, no estabelecimento da Capricórnio S/A, em razão de recusa desta última, que impugnou a qualidade do algodão carregado.

Trata-se de fato imputável, portanto, à destinatária (que recusou) ou à autora (que carregou algodão de qualidade insatisfatória). Não, porém, à transportadora.

Rompeu-se o nexo de causalidade entre o transporte e o dano.

Não bastasse, o próprio roubo do caminhão, com a carga, por assaltantes que agiram de modo profissional, na madrugada, sem chance de defesa para o motorista, configura força maior ou caso fortuito que também quebra o nexo de causalidade e afasta a responsabilidade do transportador.

A propósito, precedente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça ensina: "o roubo, na linha do que vem professando a jurisprudência desta Corte, é motivo de força maior a ensejar a exclusão da responsabilidade do transportador que não contribuiu para o evento danoso, cuja situação é também prevista pela legislação aduaneira" (REsp 1172027/RJ, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Corte Especial, j. 18/12/2013)

Trata-se, mesmo, de jurisprudência consolidada daquele Sodalício: AgRg no REsp 1036178/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, 4ªT, j. 13/12/2011; REsp 663.356/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, 4ªT, j. 19/08/2010; AgRg no Ag 910.107/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 06/05/2008; REsp 164.155/RJ, Rel. Min. WALDEMAR ZVEITER, 3ªT, j. 02/03/1999.

Improcede, pois, a ação principal.

Tendo em vista o resultado da ação principal, fica prejudicada a denúncia,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

sem possibilidade de condenação direta da seguradora, que não tem relação jurídica, mesmo processual, com a autora (RSTJ 5/363, maioria, RF 298/198, RJTAMG 30/153).

Tal orientação não conflita o contido na Súm. 537 do STJ, pois esta autoriza a condenação da seguradora "junto com o segurado", o que demonstra que o enunciado pressupõe a condenação do segurado, isto é, a procedência da ação principal – o que não se deu na hipótese vertente.

Ante o exposto: julgo improcedente a ação principal, condenando a autora nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios, relativamente à ação principal, estes últimos devidos ao patrono da ré-denunciante e arbitrados por equidade em R\$ 1.000,00; julgo prejudicada a denunciação da lide, condenando a ré-denunciante nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios relativos à lide secundária (STJ: REsp 132.026/SP, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, 4ªT, j. 03/08/2000; REsp 36.135/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 07/03/2002), arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 01 de março de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA